上訴案第 1294/2019 號

上訴人：A 股份有限公司

（A, S.A.）

澳門特別行政區中級法院合議庭判決書

一、案情敘述

澳門特別行政區檢察院控訴嫌犯 C 為直接正犯，其既遂行為觸犯了一項澳門《刑法典》第 142 條第 3 款[配合第 3/2007 號法律第 93 條第 1 款及第 94 條第(一)項]所規定及處罰的「過失嚴重傷害身體完整性罪」。並請求初級法院以合議庭普通訴訟程序對其進行審理。

受害人 B 對本案的肇事車輛的保險公司 A 股份有限公司提出民事損害賠償請求，要求判令 A 股份有限公司向民事損害賠償請求人支付：

- 合共澳門幣 513,038.80 元財產損害賠償。
- 將來的，截止至自交通意外開始計算五年，護理中心服務費及傭工工資；及
- 澳門幣 600,000.00 元非財產損害賠償；
- 自作出判決之日起至完全支付為止之法定利息。

初級法院刑事法庭的合議庭在第 CR3-17-0410-PCC 號案件中，

經過庭審，最後判決：

1. 嫌犯 C 被控告為直接正犯，其既遂行為觸犯澳門《刑法典》第 142 條第 3 款[配合第 3/2007 號法律第 93 條第 1 款及第 94 條第(一)項]所規定及處罰的一項過失嚴重傷害身體完整性罪，罪名成立，判處一年三個月徒刑，緩刑一年六個月執行。
2. 判處嫌犯禁止駕駛為期一年，緩期一年六個月執行。

合議庭裁定民事損害賠償請求之部份訴訟事實獲證明屬實、部份訴訟理由成立，判決如下：

1. 判令民事損害賠償被請求人要 A 股份有限公司支付民事損害賠償請求人 B 財產及非財產損害賠償，合計：澳門幣柒拾肆萬玖仟叁佰捌拾捌元捌角(MOP$749,388.80)，包括：
   - 住院及醫療費用：澳門幣 43,435.80 元；
   - 輔助設備及器材費：澳門幣 704.00 元；
   - 交通費：澳門幣 49.00 元；
   - 平安通、已經產生及將來產生的合共五年之護理費：合共澳門幣 205,200.00 元；
   - 精神損害賠償，包括傷殘賠償：澳門幣 500,000.00 元。

A 股份有限公司不服判決，向本院提起了上訴，並提出了載於卷宗第 459-470 頁的上訴理由（在此視為全文轉錄）。[1]

---

[1] 其葡文內容如下：

1. Vem o presente recurso interposto do douto Acórdão que condenou a Demandada Seguradora, ora Recorrente, no pagamento ao Demandante de uma indemnização por danos patrimoniais e não patrimoniais, no montante total de MOP$749.388,80.
2. O presente recurso circunscreve-se à matéria dos danos patrimoniais referentes apenas a custas de serviço com um auxiliar e de uma empregada doméstica, durante 5 anos;

3. No montante global de MOP$204.000,00, bem como ao quantitativo arbitrado por danos não patrimoniais, no montante de MOP$500,000.00, por não se poder conformar com os montantes atribuídos nestas vertentes.
4. Dá-se por reproduzida a matéria de facto provada e descrita no Douta Acórdão ora recorrido.
5. Salvo o devido respeito por entendimento diverso, entende a ora Recorrente que o valor arbitrado de MOP$204.000,00, considerando os próximos 5 anos, num valor mensal de MOP$3.400,00, além de ser excessivo não está devidamente fundamentado nem se consubstancia em qualquer facto dado como provado.
6. Não se pode deixar de considerar que o ofendido, à data dos factos, tinha 71 anos.
7. Ficou provado que por ter sido afectado pelas lesões, a vítima teve de despender a quantia de MOP$1.400,00 porque precisava de auxílio para receber tratamento médico.
8. Na verdade, desconhece-se, com a certeza necessária, se esses tratamentos ambulantes se irão prolongar pelos próximos 5 anos, tal como foi arbitrado na decisão do Tribunal a quo.
9. Neste aspecto, a sentença é omissa em fundamentação necessária para que se possa concluir da forma que se concluiu, sendo igualmente omissos os factos que levaram a esta conclusão pelo Tribunal a quo e necessidade por parte da vítima/ofendido.
10. Foi dado apenas como provado que a vítima gastou a quantia de MOP$1.400,00, em ocasiões distintas para ir receber tratamento médico;
11. Nada se provou se a continuidade desses tratamentos médicos são necessários por causa directa e necessária do acidente que sofreu.
12. Como igualmente ficou provado que a vítima contratou uma empregada doméstica para cuidar de si;
13. Mas ficou provado se a vítima precisará desses cuidados ao longo dos próximos 5 anos em virtude do acidente que sofreu.
14. De resto, desconhece-se se a vítima, em razão da idade, precisaria ou não de uma empregada doméstica.
15. A tudo isto acresce que o relatório da equipa de peritos, na perícia médico-legal realizada, concluiu que o ofendido "anda devagar com bengala, está consciente, consegue responder de forma fluente, tem orientação especial normal, fica com concavidade na parte temporal direito que tem a dimensão de 7cm x 7cm, com olfacto fraco, sem anormalidade significativa à movimentação dos globos oculares e a acuidade visual à distância de 50 cm, sem anormalidade significativa à movimentação dos membros superiores, com limitação quando se agacha por causa de força fraca dos membros inferiores…", acrescentando ainda que "não necessita de tomar medicamentos para aliviar as dores, além disso com memória reduzida".
16. Posteriormente, o mesmo corpo clínico fixou a Incapacidade Temporária Absoluta em 631 dias, tendo fixado uma Incapacidade Permanente Parcial de 10%.
17. Ora, em nenhuma passagem da perícia foi referido ou recomendado que a vítima precisaria do apoio ou ajuda de terceiros por causa deste acidente de viação.
18. Nem sequer este facto ficou provado em Tribunal.
19. E se em determinado momento necessitou desse apoio de terceiros, terá sido no período da ITA.
20. Jamais ficou provado que esse apoio será necessário ao longo dos próximos 5 ano.
21. Mesmo entendendo-se que as perícias são livremente apreciadas pelo tribunal, não podem as suas conclusões ser desatendidas, na medida em que é nas perícias médicas

que se fixa a ITA, a IPP e as necessidades futuras, ou não, de determinado tratamento ou apoio.

22. Quer na vertente – e necessidade da vítima – referente ao pagamento de serviços para receber tratamento médico, no valor de MOP$1.400,00/mês, quer no pagamento de uma empregada doméstica, no valor de MOP$2.000,00/mês, para os próximos cinco anos, não estão provados factos que possam levar a esta conclusão;
23. Nem tão pouco factos que possam ter formado a convicção do Tribunal para alcançarem esta conclusão.
24. Quer–se crer que o tribunal a quo, sempre com o devido e maior respeito que possa existir por opinião contrária, não julgou de forma correcta, existindo necessariamente insuficiência para a decisão da matéria de facto provada.
25. Vício indicado na alínea a), nº 2 do artigo 400º do CPP.
26. Por outro lado, é ainda entendimento da Recorrente que o montante indemnizatório por danos não patrimoniais arbitrado é desajustado e elevado, considerando as sequelas que o Demandante sofreu.
27. Salienta-se o que foi expresso na perícia médico-legal que o ofendido "não necessita de tomar medicamentos para aliviar as dores", apesar de ter 10% de IPP.
28. Ora, apesar da Recorrente compreender a lesão que afectou o ofendido, nomeadamente na cabeça, não pode aceitar o valor atribuído a título de danos não patrimoniais e dos mesmos serem susceptíveis de uma compensação no valor da que foi arbitrada pelo Tribunal a quo, ou seja, MOP$500,000.00.
29. Tal montante, arbitrado de forma equitativa, é elevado e desajustado face às circunstâncias do caso em apreço e ao que tem sido a jurisprudência sobre esta questão.
30. Se se atentar ao prescrito nos artigos 489º e 487º, ambos do Código Civil, à matéria de facto provada e aos valores habitualmente concedidos e constantes na jurisprudência da RAEM, não se pode deixar de concluir que o arbitrado por danos não patrimoniais é um valor muito elevado.
31. A Demandada Seguradora, ora Recorrente, reconhece que há danos não patrimoniais a serem ressarcidos, danos que pela gravidade merecem a tutela do direito, mas não no montante em que o foram.
32. O valor a ser atribuído aos danos não patrimoniais deverá ser aferido com os critérios definidos legalmente, de modo a que os mesmos sejam ajustados a valores ponderados e aceites pela jurisprudência.
33. Esta situação, apesar de merecer a tutela do direito, não pode ser originadora de um enriquecimento injustificado.
34. Desta forma, entende a Recorrente que o acórdão fez errada interpretação e aplicação do disposto nos artigos 486º e nº 3 do artigo 489º, do Código Civil, violando essas disposições, afastando-se do princípio de equidade aí previsto, devendo por isso ser revogado.
35. Entendendo a ora Recorrente que o acórdão recorrido deve ser revogado e substituído por um outro que estabeleça uma indemnização, a título de danos não patrimoniais, inferior ao valor que foi arbitrado pelo Tribunal a quo.
36. Tudo ponderado resulta, salvo o devido respeito, que a indemnização por danos patrimoniais, para o pagamento de um serviço de transporte para receber cuidados médicos, e o pagamento de uma empregada doméstica para os próximos 5 anos, atribuída ao Demandante, não se apoia em factos provados em Tribunal, existindo, assim,

民事原告 B 就上訴人 A 股份有限公司所提出的上訴作出答覆：

1. 上訴人在上訴陳述書狀中主要針對原審法院對財產性損害賠償所判處的金額 MOP204,000.00 之部份為過高，明顯缺乏依據及未能體現在任何已證事實中，故存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a)項所規定之"獲證明之事實上之事宜不足以支持作出裁判"之瑕疵，應被廢止；

2. 而針對非財產性損害賠償所判處的金額 MOP500,000.00 方面，在考慮本案中情況以及相關澳門特區司法見解，有關金額為不適當及過高的，違反了《刑法典》第 487 條及第 489 條第 3 款所規定之衡平原則，故應被廢止，並判處另一較低金額之非財產性損害賠償。

3. 除了對不同見解予以尊重，民事被上訴人不能認同上訴人所提出的上訴依據。

4. 首先，就上訴人針對財產性損害賠償當中金額為 MOP204,000.00 部分（該部分賠償款項包括每月 MOP1,400.00 之護理服務費用及每月 MOP2,000.00 之傭工工資補償），認為有關金額為過高及缺乏依據。

5. 然而，正如上訴人所提及到，根據被上訴之裁判第 5 頁已證事實第 9 條，已證實"民事損害賠償請求人因受傷患影響，不能自理，每天須被送到澳門街坊會聯合總會頤駿中心接受護理服務，每月需支付費用澳門幣 1,400.00 元。"

6. 此外，被上訴之裁判第 5 頁已證事實第 10 條，已證實"民事

---

insuficiente cia para a decisão da matéria de facto provada, motivo pelo qual a decisão deve ser revogada.

37. Por outro lado, a compensação de MOP$500,000.00, a título de danos não patrimoniais, atribuída ao Demandante, é excessiva tendo em consideração os facto dados como provados, os bens jurídicos lesados e a jurisprudência da RAEM.

38. Motivo pelo qual se entende que tal decisão deverá ser revogada.

損害賠償請求人因不能自理，當日間離開上述護理中心後，需他人照顧，故聘用傭工代為照顧民事損害賠償請求人，傭工之月薪為澳門幣 4,000.00 元。”

7. 即使，案中未有文件指出民事被上訴人於未來五年均需要接受護理服務及聘用傭工協助；但案中已證實民事被上訴人的康復治療期為 631 天；因本案交通事故所受之傷害導致其身體器官之工作能力降低，傷殘率評定為 10%。(請參閱被上訴之裁判第 8 頁已證事實第 29 及 30 條)

8. 而且，在審判聽證中，證人 D 及 E 亦清楚指出因民事被上訴人於本案交通事故受傷後而不能自理之原因，故民事被上訴人需要有關護理服務及傭工協助。

9. 基於此，原審法院在充分考慮卷宗內一切證據資料及證人證言，以及上述有關已證事實後，已具備足夠的事實依據基礎，從而按照《民法典》第 560 條所規定之衡平原則認定民事被上訴人有權獲得合共五年之補償。

10. 再加上，考慮到民事被上訴人之年齡，以及所受之傷害，結合一般經驗法則去作分析，預見民事被上訴人不能自理之情況於將來五年間一直維持的判斷，亦非屬不合理及有違邏輯。

11. 而且，倘若民事被上訴人沒有遭遇到本案交通事故，單單考慮其年齡之因素，可得出民事被上訴人於未來數年仍能夠自行處理一般生活事宜，不需要完全依賴第三人協助的結論。

12. 所以，民事被上訴人需要有關護理服務及傭工協助，完全是基於本案交通事故所遭受之傷害導致其不能自理之原故，而非因著其年齡此一因素。

13. 我們亦未能看到被上訴之裁判在考慮案中臨床醫學鑑定書後，作出了與相關鑑定書所載判斷明顯相違背之裁決。

14. 故此，被上訴之裁判認定就護理服務費用及傭工工資方面，民事被上訴人有權獲得合共五年之補償，並無任何不妥、不

公、違反法律及存有瑕疵的情況。

15. 另一方面，上訴人認為被上訴之裁判就非財產性損害賠償所判處的金額 MOP500,000.00 在考慮本案中情況以及相關澳門特區司法見解後，有關金額為不適當及過高的；而且，即使有關臨床醫學鑑定書表示“長期部分無能力”評定為10%，但民事被上訴人“不需要服用止痛藥物治療”。

16. 然而，根據被上訴之裁決已證事實部分，已證實多項民事被上訴人因著本案交通事故發生而所受到的各項非財產損害，尤其為已證事實第 11 至 13 條、第 16 條、第 22 至 25 條、第 29 及 30 條。

17. 上述有關民事被上訴人因本案交通事故所承受的精神及肉體痛楚之非財產損害，已在審判聽證中一一被原審法院所認定。

18. 需指出，被上訴之裁判已明確指出將有關非財產損害賠償的金額訂定為澳門幣 500,000.00 元，是基於考慮到本案獲證明的事實，考慮到民事被上訴人接受治療之前、治療過程中以及恢復所需之期間，其所受之傷帶來的身體的疼痛，遭受的內心苦悶和焦慮。

19. 更考慮到民事被上訴人遭受的 10%之傷殘，及因此而遭受的不便及苦悶焦慮，並按照《民法典》第 560 條所規定的衡平原則而得出的。

20. 相反，上訴人僅單純指出在考慮本案中情況以及相關澳門特區司法見解後，有關非財產損害賠償的金額為不適當及過高；卻沒有具體指出基於那一項已證事實、或援引具體司法裁判以支持其認為有關非財產損害賠償的金額為不適當及過高的見解。

21. 眾所周知，一個不法行為對他人造成的精神傷害很難以金錢來衡量，因為人的精神健康是無價的，法院所能判處的精神損害賠償單純是作為撫平被害人的傷痛的一種彌補，而不能

理解為完全的肉體的價值化。

22. 此外，法律賦予法院運用衡平的客觀標準作出量化裁定，這種價值評斷需要審判者綜合卷宗內可以作為衡量的所有情節而自由地作出，上級法院只有在原審法院的裁定出現明顯的錯誤或顯失公平的時候才有介入的空間。

23. 基於此，由於上訴人缺乏理據及具體的陳述，無疑只是質疑原審法院對本案卷宗內的證據及情節之自由評價。

24. 故此，民事被上訴人認為原審法院被上訴之裁判內，裁定有關非財產損害賠償的金額 MOP500,000.00 為正確及恰當，而且無可質疑，並不存在上訴人所指稱的不適當或過高的情況。

25. 綜上所述，應駁回有關上訴人所提出的上訴，並應維持原審法院所作之裁判，並一如既往作出公正裁決。

請求，綜上所述，現向尊敬的法官 閣下請求如下：

1) 接納本答覆書狀；及

2) 駁回有關上訴人所提出的上訴，維持原審法院所作之裁決，並一如既往作出公正裁決。

駐本院助理檢察在此無正當性發表意見。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

二、事實方面

案件經庭審辯論後查明以下已證事實：

1. 2016 年 11 月 12 日晚上約 11 時 20 分，嫌犯 C 駕駛輕微汽

車 MM-XX-XX 沿菜園路往中心街方向行駛，當駛至菜園路近燈柱編號：165A02 時，由於沒有留意正在橫過馬路的行人（被害人 B），結果嫌犯所駕駛的車輛撞到正在橫過斑馬線的被害人。

2. 事故發生時為夜間，街燈亮著，地面輸爽，交通密度稀疏。
3. 上述碰撞直接造成被害人的枕骨骨折，雙側額顳部蛛網膜下腔出血，右顳葉腦挫傷，以傷勢而言，已對被害人身體的完整性造成嚴重傷害(參閱卷宗第 58 頁的臨床法醫學鑑定書，在此視為完全轉載)。
4. 嫌犯明知在斑馬線前有義務將車速減慢，以及在有需要時應將車輛停下，以便讓正在橫越斑馬線的行人通過，但嫌犯並沒有這樣做，因而造成是次交通事故，其行為違反了謹慎義務，雖然嫌犯作出上述行為時並不接受該事實之發生，但其過失導致被害人的身體完整性受到嚴重傷害。
5. 嫌犯清楚知道其行為是法律所不容，且會受法律制裁。
6. 自本案之交通事故發生後，民事損害賠償請求人被送往仁伯爵綜合醫院接受急診治療及接受手術，直至 2017 年 3 月 10 日出院。為此，民事損害賠償請求人花費了治療、手術及住院費用合共澳門幣 41,178.00 元。
7. 民事損害賠償請求人在接受治療時，需購買治療藥物，合共花費了澳門幣 2,257.80 元。
8. 民事損害賠償請求人因本案之交通事故，腦部受傷導致下肢乏力行動不便，需在家中浴室安裝扶手通及購買沐浴椅等輔助設施，花費了澳門幣 200.00 元及人民幣 420.00 元，相當於澳門幣 504.00 元，合共澳門幣 704.00 元。
9. 民事損害賠償請求人因受傷患影響，不能自理，每天須被接送到澳門街坊會聯合總會頤駿中心接受護理服務，每月需支付費用澳門幣 1,400.00 元。

10. 民事損害賠償請求人因不能自理，當日間離開上述護理中心後，需他人照顧，故聘用傭工代為照顧民事損害賠償請求人，傭工之月薪為澳門幣 4,000.00 元。

11. 在上述交通事故發生後，民事損害賠償請求人的頭部受傷倒地，民事損害賠償請求人在意外地點等待送院並直至送至醫院等待接受急診治療的期間，民事損害賠償請求人忍受持續約 1 小時多的痛楚。

12. 之後民事損害賠償請求人因傷患惡化急須接受開腦手術治療，這除了令民事損害賠償請求人承受著肉體上的痛楚外，亦對其心理及精神上帶來壓力及傷害。

13. 由於仁伯爵綜合醫院一直未能為民事損害賠償請求人安排進行顱骨修補術，在這期間民事損害賠償請求人頭部的傷口需要極度小心保護，以免再受到傷害，使民事損害賠償請求人在肉體及心理上承受著痛楚及壓力。

14. 民事損害賠償請求人自 2017 年 3 月 10 日出院後，須定期接受專科覆診治療，這令民事損害賠償請求人感到困擾。

15. 是次意外亦導致民事損害賠償請求人的右邊頭骨凹陷及容貌受損，民事損害賠償請求人因腦部傷致使雙側下肢股肉無力，導致民事損害賠償請求人行動不便，站立不穩，需要以拐杖輔助走路，影響其日常生活。

16. 民事損害賠償請求人於是次意外後，經常出現持續頭痛、雙腿腫脹及抽筋等症狀，這些痛楚及病患使民事損害賠償請求人晚上難以入睡，亦會痛醒

17. 雖然民事損害賠償請求人於是次交通意外發生前沒有固定工作，民事損害賠償請求人為了家庭經濟開支需要，經常會到街上執拾紙皮以換取金錢。

18. 民事損害賠償請求人亦會親自處理家中事務，包括照顧家庭及在家中做飯。

19. 意外發生後，民事損害賠償請求人無論在視覺、聽覺、記憶力及四肢活動能力方面均受到影響，無法完全自理。民事損害賠償請求人一直需要家人日夜照顧，令民事損害賠償請求人感到其已成為家庭的負擔，這使民事損害賠償請求人承受著精神及心理上的壓力。

20. 上述情況亦導致民事損害賠償請求人情緒變化，有時心情變得煩燥而突然向家人發怒，有時情緒突然低落哭泣。

21. 民事損害賠償請求人於意外發生前性格樂觀開朗，其是南西灣街區坊眾互助會的會員，經常參加該會所舉行的活動、與朋友聯誼及參加家庭活動。

22. 意外發生後，由於民事損害賠償請求人的頭骨修補手術仍未完成，因而引致頭部仍處凹陷狀以致容貌受損，使民事損害賠償請求人經常感到其他人抱以奇異或探究的目光，這令民事損害賠償請求人深感困擾及難受，導致民事損害賠償請求人變得不願外出見人，不願意參加社交活動，亦不再願意參加上述的聯誼及家庭活動。

23. 民事損害賠償請求人因容貌的原因不願意外出，當需要到醫院覆診及到護理中心時，民事損害賠償請求人都以衣物及帽遮蔽頭部。

24. 民事損害賠償請求人直到現在仍對該交通事故心存餘悸。

25. 民事損害賠償請求人每次在街上行走看到路上的車輛時都感到緊張及害怕，尤其在經過斑馬線橫過馬路時。

26. 民事損害賠償請求人開通了澳門平安通二十四小時支援服務，有關服務費用為澳門幣 1,200.00 元。

27. 2018 年 2 月 8 日，民事損害賠償請求人前往仁伯爵綜合醫院接受治療在是次事故中遭受之傷，花費了交通的士費用澳門幣 49.00 元。

28. 嫌犯駕駛之 MM-XX-XX 輕型汽車已向民事損害賠償被請求人購買了民事責任保險，保單編號為 CIM/MTV/2016/001241/EO/R1 R 號，保險公司承保的每起交通意外最高賠償保額為澳門幣 150 萬元。

29. 民事損害賠償請求人的康復治療期為 631 天(2016 年 11 月 12 日至 2018 年 8 月 4 日)。

30. 交通意外所受之傷導致民事損害賠償請求人身體器官之工作能力降低（傷殘），其傷殘率評定為 10%。

另外證明下列事實：

- 根據刑事紀錄證明，嫌犯無犯罪記錄。
- 嫌犯聲稱其受教育程度為初中畢業，任職司機，月收入為澳門幣 15,000 元，需供養太太及母親。

未獲證明之事實：

- 控訴書、民事損害賠償請求狀及民事損害賠償答辯狀中其餘與上述獲證事實不符之重要事實未獲證明屬實，特別是：
- 未獲證明：民事損害賠償請求人為著提起民事損害賠償請求，而向仁伯爵綜合醫院申請醫療報告所花費之行政費，為交通意外直接必然造成的損害。
- 未獲證明：民事損害賠償請求人聘請僱用之工資全部為傭工照顧民事損害賠償請求人的報酬。
- 其他，或未獲證明屬實，或為結論，或為證據，或為法律見解。

三、法律部份

上訴人在上訴理由中僅針對原審法院對財產性損害賠償所判處的金額 MOP204,000.00 之部份以及非財產性損害賠償所判處的金額

MOP500,000.00 方面提出上訴，認為：

- 原審法院所確定的五年之內支付其日間護理以及傭工每月的支出明顯缺乏依據及未能體現在任何已證事實中，尤其沒有考慮到受害人已經年愈 71 歲以及已證事實所顯示的內容，卻認定“賠償款項包括每月 MOP1,400.00 之護理服務費用及每月 MOP2,000.00 之傭工工資補償”，認為有關金額為過高及缺乏依據。原審法院的判決存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a)項所規定的“獲證明之事實上之事宜不足以支持作出裁判”的瑕疵，應被廢止；
- 非財產性損害賠償所判處的金額 MOP500,000.00 方面，在考慮本案中情況以及相關澳門特區司法見解，有關金額為不適當及過高的，違反了《刑法典》第 487 條及第 489 條第 3 款所規定的衡平原則，故應被廢止，並判處另一較低金額的非財產性損害賠償。

我們看看。

（一） 獲證明之事實上之事宜不足以支持作出裁判的瑕疵

我們知道，《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項的事實瑕疵是指，法院在審判的過程中必須在有關訴訟案件的標的（包括控訴書及答辯狀所界定的）範圍內，查明並證實必要的事實，用以作為適當的法律適用及決定案件客體問題，如果所認定的事實存在遺漏而不完整，無法作出合適的法律適用，包括有罪判決或者無罪判決。

這個瑕疵指的是所認定的事實不足以作出合適的法律適用，而並不指法院所認定的事實所依據的證據不足的問題，這是一個不能成為上訴理由的問題，尤其是因為此種理由在質疑法院的自由心證，除非可以確認審查證據方面有明顯的錯誤或者說明理由有矛盾。

首先，在本案中，被上訴的合議庭已審理了包括控訴書及答辯狀在內的標的（見卷宗第 424 頁至第 425 頁），而作出事實審理的。因

此，我們實在無法認定被上訴的合議庭裁判沾有遺漏審查或事實不充分的瑕疵。

其次，如果上訴人在質疑已證事實第 9 條顯示“民事損害賠償請求人因受傷患影響，不能自理，每天須被送到澳門街坊會聯合總會頤駿中心接受護理服務，每月需支付費用澳門幣 1,400.00 元”以及第 10 條已證事實顯示 “民事損害賠償請求人因不能自理，當日間離開上述護理中心後，需他人照顧，故聘用傭工代為照顧民事損害賠償請求人，傭工之月薪為澳門幣 4,000.00 元”的內容，則是在質疑原審法院認定此等事實存在證據不足的瑕疵，然而正如上文所提到的這個瑕疵並不指認定事實的時候所依據的證據的充足的問題，除非原審法院在認定事實的時候存在明顯的錯誤，就不能以此瑕疵在質疑原審法院的事實認定，否則就是明顯不能成立的上訴理由。

然而，上訴人所提出“該部分賠償款項包括每月 MOP1,400.00 之護理服務費用及每月 MOP2,000.00 之傭工工資補償的金額為過高及缺乏依據”的問題是指責原審法院所認定的賠償沒有建立在已證的事實之上以及沒有任何事實的支持，這明顯屬於一個法律適用的問題。

實際上，作出有關民事原告的日間護理以及傭工的工資支出的損害賠償的事實基礎是受害人的受傷、需要他人護理的事實已經足夠，而至於確定多少金額或者哪些類別的護理，則是對事實的解釋以及作出合適的法律適用的問題。

雖然已證事實沒有明確陳述民事被上訴人於未來五年均需要接受護理服務及聘用傭工協助的事實，但是根據原審法院所認定的上述有關傷勢的已證事實，完全可以通過推論而得出這個結論，因此，原審法院認定受害人於未來五年均需要接受護理服務及聘用傭工協助的事實結論並依據衡平原則確定將來損失或者持續進行的損失的賠償的問題。

既然這屬於法院的衡平原則，上訴法院的介入也僅限於原審法院所認定的賠償明顯錯誤或者不合適的情況。

已證事實顯示民事原告的康復治療期為 631 天；因本案交通事故所受的傷害導致其身體器官之工作能力降低，傷殘率評定為 10%，因本案交通事故受傷後而不能自理需要護理服務及傭工協助，考慮到民事被上訴人年齡（71 歲），以及所受之傷害，結合一般經驗法則去作分析，預見民事被上訴人不能自理的情況於將來五年間一直維持的判斷沒有任何的明顯不合適和不平衡的情況，並予以賠償，應該予以支持。

基於此，上訴人的上訴理由不能成立。

（二）精神損害賠償的確定

《民法典》第 489 條規定了非財產的損害的制度：

“一、在定出損害賠償時，應考慮非財產之損害，只要基於其嚴重性而應受法律保護者。

二、因受害人死亡，就非財產之損害之賠償請求權，由其未事實分居之配偶及子女、或由其未事實分居之配偶及其他直系血親卑親屬共同享有；如無上述親屬，則由與受害人有事實婚關係之人及受害人之父母、或由與受害人有事實婚關係之人及其他直系血親尊親屬共同享有；次之，由受害人之兄弟姊妹或替代其兄弟姊妹地位之甥姪享有。

三、損害賠償之金額，由法院按衡平原則定出，而在任何情況下，均須考慮第四百八十七條所指之情況；如屬受害人死亡之情況，不僅得考慮受害人所受之非財產損害，亦得考慮按上款之規定享有賠償請求權之人所受之非財產損害。”

也就是說，本案所涉及的是對過失而產生的精神損害賠償或非物質損害賠償金額的訂定，由法官依公平公正原則作出，而法官只能根據每一個案中已證事實及具體情況作出考慮，[2] 而不可能以其他個案或判決中某個可量化的項目作為衡量精神損害賠償的指標，更不可能

[2] 參見中級法院 2000 年 6 月 15 日第 997 號民事上訴案合議庭裁判。

存在一計算精神損害賠償的公式。[3]

我們要理解，人體以及身心的健康是無價的，法律規定對受害人的精神損害賠償也不過是通過金錢的賠償讓受害人的到一些精神安慰而已，而不能理解為完全的肉體的價值化。

我們也不能不考慮這些年來澳門社會經濟所發生的變化，物質價值的不斷增長，我們應該讓人的身心健康、精神健康的損害的“安慰價值”得到相應的體現。

從上述的民事請求所載已證事實中顯示：

- 上述碰撞直接造成被害人的枕骨骨折，雙側額顳部蛛網膜下腔出血，右顳葉腦挫傷，以傷勢而言，已對被害人身體的完整性造成嚴重傷害。
- 自本案之交通事故發生後，民事損害賠償請求人被送往仁伯爵綜合醫院接受急診治療及接受手術，直至 2017 年 3 月 10 日出院。
- 民事損害賠償請求人因本案之交通事故，腦部受傷導致下肢乏力行動不便，需在家中浴室安裝扶手通及購買沐浴椅等輔助設施，……
- 民事損害賠償請求人因受傷患影響，不能自理，每天須被接送到澳門街坊會聯合總會頤駿中心接受護理服務，……
- 民事損害賠償請求人因不能自理，當日間離開上述護理中心後，需他人照顧，故聘用傭工代為照顧民事損害賠償請求人，……
- 在上述交通事故發生後，民事損害賠償請求人的頭部受傷倒地，民事損害賠償請求人在意外地點等待送院並直至送至醫院等待接受急診治療的期間，民事損害賠償請求人忍受持續約 1 小時多的痛楚。

---

[3] 參見中級法院 2005 年 4 月 7 日第 59/2005 號刑事上訴案合議庭裁判。

- 之後民事損害賠償請求人因傷患惡化急須接受開腦手術治療，這除了令民事損害賠償請求人承受著肉體上的痛楚外，亦對其心理及精神上帶來壓力及傷害。
- 由於仁伯爵綜合醫院一直未能為民事損害賠償請求人安排進行顱骨修補術，在這期間民事損害賠償請求人頭部的傷口需要極度小心保護，以免再受到傷害，使民事損害賠償請求人在肉體及心理上承受著痛楚及壓力。
- 民事損害賠償請求人自 2017 年 3 月 10 日出院後，須定期接受專科覆診治療，這令民事損害賠償請求人感到困擾。
- 是次意外亦導致民事損害賠償請求人的右邊頭骨凹陷及容貌受損，民事損害賠償請求人因腦部傷致使雙側下肢股肉無力,導致民事損害賠償請求人行動不便，站立不穩，需要以拐杖輔助走路，影響其日常生活。
- 民事損害賠償請求人於是次意外後，經常出現持續頭痛、雙腿腫脹及抽筋等症狀，這些痛楚及病患使民事損害賠償請求人晚上難以入睡，亦會痛醒
- 雖然民事損害賠償請求人於是次交通意外發生前沒有固定工作，民事損害賠償請求人為了家庭經濟開支需要，經常會到街上執拾紙皮以換取金錢。
- 民事損害賠償請求人亦會親自處理家中事務，包括照顧家庭及在家中做飯。
- 意外發生後，民事損害賠償請求人無論在視覺、聽覺、記憶力及四肢活動能力方面均受到影響，無法完全自理。民事損害賠償請求人一直需要家人日夜照顧，令民事損害賠償請求人感到其已成為家庭的負擔，這使民事損害賠償請求人承受著精神及心理上的壓力。
- 上述情況亦導致民事損害賠償請求人情緒變化，有時心情變得煩燥而突然向家人發怒，有時情緒突然低落哭泣。
- 民事損害賠償請求人於意外發生前性格樂觀開朗，其是南西

灣街區坊眾互助會的會員，經常參加該會所舉行的活動、與朋友聯誼及參加家庭活動。

- 意外發生後，由於民事損害賠償請求人的頭骨修補手術仍未完成，因而引致頭部仍處凹陷狀以致容貌受損，使民事損害賠償請求人經常感到其他人抱以奇異或探究的目光，這令民事損害賠償請求人深感困擾及難受，導致民事損害賠償請求人變得不願外出見人，不願意參加社交活動，亦不再願意參加上述的聯誼及家庭活動。
- 民事損害賠償請求人因容貌的原因不願意外出，當需要到醫院覆診及到護理中心時，民事損害賠償請求人都以衣物及帽遮蔽頭部。
- 民事損害賠償請求人直到現在仍對該交通事故心存餘悸。
- 民事損害賠償請求人每次在街上行走看到路上的車輛時都感到緊張及害怕，尤其在經過斑馬線橫過馬路時。
- 民事損害賠償請求人的康復治療期為 631 天(2016 年 11 月 12 日至 2018 年 8 月 4 日)。
- 交通意外所受之傷導致民事損害賠償請求人身體器官之工作能力降低（傷殘），其傷殘率評定為 10%。
- 嫌犯聲稱其受教育程度為初中畢業，任職司機，月收入為澳門幣 15,000 元，需供養太太及母親。

有關受害人的身體肢體的受傷程度，接受治療的時間、過程，傷殘率（10%）及其對其生活、工作的影響程度，當然還包括因無過失而引起的民事責任的相對減輕賠償責任的情況，顯而易見，原審法庭所釐定的精神賠償澳門幣 50 萬元的賠償沒有明顯的過高，應該予以支持。

因此，上訴人這部分的上訴理由不成立。

四、決定

綜上所述，中級法院合議庭裁定上訴人的上訴理由不成立，維持原判。

判處上訴人繳付 6 個計算單位的司法費以及訴訟費用。

澳門特別行政區，2020 年 11 月 26 日

蔡武彬 (裁判書製作人)

陳廣勝 (第一助審法官)

譚曉華 (第二助審法官)